

A DESPATRIARCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DO PROGRAMA MULHERES MIL

Ludimila Brasileiro Guirra Couto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
ludimilaguirra@ifba.edu.br

Resumo

A despatriarcalização das políticas públicas é eixo de análise deste projeto de pesquisa. O programa Mulheres Mil, objeto de investigação deste projeto, foi implantado no campus Salvador do Instituto Federal da Bahia em 2006 e, atualmente, é oferecido em diversos campi no interior do Estado. Trata-se de um estudo comparativo sobre realidades bastante distintas: a cidade de Salvador e a cidade de Seabra, situada a região da Chapada Diamantina, na Bahia. Este trabalho objetiva, em primeiro lugar, identificar caminhos para a promoção de políticas públicas que rompam com a perspectiva androcêntrica na sua concepção e execução, no sentido de compreender a complexidade das políticas sociais voltadas para o empoderamento da mulher. Em seguida, avaliar itinerários, para a execução de políticas sociais, que busquem atender as mulheres em sua diversidade étnico-racial, geracional, de orientação sexual, necessidades especiais, etc. A despatriarcalização das políticas públicas é a diretriz necessária para a construção de políticas sociais que promovam a equidade de gênero, empoderamento da mulher e combate à violência.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Feminismo, Mulheres Mil, Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa que tem como objeto de investigação a despatriarcalização das políticas públicas, partindo de uma análise crítica sobre os avanços e limitações do programa Mulheres Mil na Bahia. Com este estudo, busca-se avaliar as estratégias de empoderamento da mulher, a promoção da cidadania e a economia solidária como percursos fundamentais na efetivação das políticas públicas feministas.

O programa Mulheres Mil foi implantado, a princípio, no campus Salvador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), como projeto piloto, em 2006. Atualmente é oferecido em diversos campi no interior do Brasil e da Bahia. O Mulheres Mil é fruto de políticas públicas voltadas para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social,

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

através da capacitação profissional e formação escolar. O programa foi implantado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) em parceria com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e Associação do Colleges Comunitário do Canadá (ACCC), integrando ações do Plano Brasil Sem Miséria¹.

O Mulheres Mil está situado no contexto de avanço das políticas sociais voltadas para as mulheres que vivem em situação de exclusão social, violência e subemprego. Este programa vem atuando de maneira relevante em termos de políticas públicas que promovem transformações significativas no quadro de milhares de mulheres brasileiras que vivem em situação de vulnerabilidade social. No entanto, ainda é necessário direcioná-lo para uma atuação mais efetiva no que se refere ao empoderamento da mulher, ao combate à violência e na formação profissional voltada para a cidadania participativa.

Em vista disso, é um estudo que faz uma análise comparativa entre as realidades de Salvador e do interior da Bahia, mais especificamente a cidade Seabra, situada na região da Chapada Diamantina. Entre os anos de 2006 e 2015, foi o período de implantação, ampliação e consolidação como programa nacional. Portanto, é mister entender os desafios e limites encontrados, nesse período, para melhor delinear os percursos a serem seguidos no desenvolvimento de políticas públicas feministas que atendam as particularidades regionais de maneira mais eficaz.

O interesse por esta temática de estudo surge a partir das experiências obtidas como gestora Institucional do programa Mulheres Mil entre os anos de 2011 e 2014, e como professora da disciplina Direitos da Mulher e Cidadania, neste programa, desde o ano de 2009. A formação acadêmica nesta área de pesquisa, além da militância social, foi o que levou a perceber este programa como um caminho para a concretização da luta pela melhoria das condições de vida das mulheres brasileiras que vivem em situação de vulnerabilidade social.

¹ Para mais informações sobre o assunto ver em: Revista um ano de resultados do Plano Brasil sem miséria. 2012. Disponível em: <http://brasilemmiseria.gov.br/documentos> Acesso em: 12 de jul. de 2015.

O debate acadêmico sobre tal temática tem ampliado à medida que são notáveis os resultados do programa em diversas regiões do Brasil. Todavia, é perceptível grandes limitações do programa, especialmente, por tratar-se de uma política social voltada para as mulheres sem a perspectiva de gênero na sua base de construção e execução.

As políticas públicas incidem direta ou indiretamente nas relações entre homens e mulheres trazendo uma concepção de gênero, mesmo aquelas que não estão direcionadas para as mulheres, por determinarem noções de papéis desejáveis para as mulheres e homens. (RIBEIRO, Y.; AMORIM, C. e SILVA, K., 2015).

Apesar dos avanços do Mulheres Mil, apresenta dados estatísticos que demonstram, por vezes, um olhar superficial sobre a transformação na vida dessas mulheres. A partir desta reflexão, destaco a seguinte análise:

Há uma relação íntima entre a Ciência e as políticas de Estado, por isso será necessário a despatriarcalização do Estado e da Ciência para a implementação de políticas públicas eficazes. Não podemos esquecer que há uma relação íntima entre os dados estatísticos e os interesses políticos e ideológicos na implementação de políticas públicas. (MORAES, A. 2014, p. 37).

Dessa maneira, é um estudo que objetiva identificar caminhos para a promoção de políticas públicas que rompam com a perspectiva androcêntrica na sua fundamentação e realização, no sentido de compreender a complexidade das políticas sociais voltadas para o empoderamento da mulher. Políticas que ultrapassem a ordem do privado e da família patriarcal. Para isso, é necessário avaliar itinerários, para a execução de políticas sociais, que busquem atender as mulheres em sua diversidade étnico-racial, geracional, de orientação sexual e necessidades especiais.

METODOLOGIA

Este estudo parte de pressupostos metodológicos que orientam o desenvolvimento de uma pesquisa que leve a compreensão da extensão e o significado da crítica feminista. A partir de uma “análise e debate que nos fortalecem em nossa prática individual e coletiva para transformar a vida

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

das mulheres é o que buscamos [...] suscitando novas reflexões, atualizando a leitura crítica feminista das realidades que vivenciamos”. (FARIA e NOBRE, 2002, p. 13).

Do ponto de vista metodológico, esta é uma pesquisa de campo, exploratória, que visa desenvolver uma análise qualitativa do objeto a ser investigado. É um estudo orientado a partir da concepção de que a metodologia “está diretamente relacionada ao modo como se olha para o contexto social que envolve o objeto de pesquisa, como percebe-se os problemas e como busca-se os caminhos que levarão às respostas”. (GOLDEMBERG, 2004, p. 21).

A coleta de dados, portanto, feita da seguinte maneira: fontes primárias, entrevista semiestruturada e observação participante. A divisão das fontes em categorias se justifica pela orientação metodológica do cruzamento de dados, na perspectiva de contribuir para um exame ampliado do objeto a ser pesquisado.

Vale ressaltar que “a coleta de dados não é um processo acumulativo e linear, cuja frequência, controlada e mensurada [...] os dados são colhidos, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos”. (CHIZZOTTI, 1998, p. 23). Quanto aos procedimentos de coleta de dados a serem realizados com as participantes do programa, vale destacar o procedimento metodológico da observação participante. Segundo Minayo (2010):

A observação participante, implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para "negociar" sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento. (MINAYO, M., 2010, p.36).

É fundamental, no processo de pesquisa, descortinar o objeto de análise a partir da própria expressão dos indivíduos: as “mulheres mil”, suas linguagens e suas impressões/expressões de mundo são cruciais para o processo de investigação. Espera-se, com este estudo, dar visibilidade às contribuições do programa Mulheres Mil para a sociedade.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa Mulheres Mil está estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Atualmente é oferecido em diversos campi no interior da Bahia, através de Programas de Extensão como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)². No caso específico do campus Salvador e campus Seabra, a formação a partir de duas diretrizes: a capacitação profissional e a cidadania participativa.

A economia solidária, parte do eixo curricular formativo das alunas, teoria criada por Paul Singer (1997), diz respeito à produção, consumo e distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano. “A sua base são os empreendimentos coletivos (associações, cooperativas, grupos informais, sociedades mercantis e etc.), e tem por objetivo a luta contra as desigualdades sociais e o desemprego”. (SINGER, P. 1997, p. 45).

A economia solidária, é pauta de discussão, como percurso fundamental na concretização de políticas públicas feministas. No levantamento de dados preliminar, desde o ano de 2015, são notáveis as dificuldades na formação das alunas do programa Mulheres Mil, em todas as regiões do Brasil, pela perspectiva do empoderamento econômico. É preciso definir, de maneira mais clara, as prioridades e linhas de ação no processo de formação das participantes. Na maioria dos cursos, não há uma distinção entre economia financeira e economia solidária. Assim, não é perceptível o impacto do eixo curricular economia solidária na vida das alunas, especialmente após a conclusão dos cursos.

A partir dessa análise, a economia solidária fundamentada na perspectiva feminista, é ponto de discussão, como percurso fundamental na concretização de políticas voltadas para o empoderamento da mulher:

2 Programa criado em 2011 com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Disponível em: <http://brasilsemisericia.gov.br/documentos> Acesso em: 12 de jul. de 2015.

Enquanto refazer econômico no seio das sociedades onde rege o modo de produção capitalista, a Economia Solidária tem como um dos seus princípios norteadores a equidade emancipatória, inclusive a de gênero, embora nem sempre estejam disponíveis indicadores up to date para a efetividade de suas políticas, sejam as Federais, sejam no Estado da Bahia e locais. (PRIMO et al, 2015, p. 36).

Aspecto delicado na formação dessas alunas é sensibilizá-las sobre a inclusão social como um caminho que não está unicamente ligado à sociedade do consumo. Na maioria dos casos, as participantes do programa têm acesso a eletroeletrônicos e eletrodomésticos, mas não têm acesso à saúde preventiva, seja bucal, ginecológica, mamária, etc. Questões fundamentais para a promoção de uma completa inclusão social.

Por outro lado, é evidente o avanço do programa, em nível nacional, no que se refere ao acesso dessas mulheres à renda fixa e aos benefícios previdenciários. Quando se trata das cidades do interior, a maioria das alunas do Mulheres Mil é beneficiária do Programa Nacional Bolsa Família³. No entanto, essa diferença é claramente notável quando se trata do acesso à renda fixa, quando comparamos a realidade da capital e do interior.

Vale salientar que sem autonomia financeira, sem renda, a inclusão social, visando o empoderamento, não se consubstancia. É necessário avaliar a ação do Mulheres Mil no que diz respeito ao empoderamento econômico, permitindo à mulher sua autonomia financeira e, a partir disso, a garantia de renda fixa surja como uma verdadeira escolha profissional da mulher. Apoiado nisso, é “tomado como referência a ampliação dos níveis de participação no mercado de trabalho e a qualidade dessa inserção.” (FONTES, 2010, p. 57).

Nesse sentido, Muraro (2001) salienta sobre aspectos da invisibilidade do trabalho da mulher: “se contarmos o trabalho grátis e silencioso que as mulheres fazem no domínio do privado

³ Para mais informações sobre o assunto ver em: RIBEIRO, Y.; AMORIM, C. e SILVA, K. Política Pública para as Mulheres ou Afirmação da Equidade de Gênero: os significados do Programa Bolsa Família (PBF) a partir da centralidade nas mulheres. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/politica-publica-para-as-mulheres-ou-afirmacao-da-equidade-de-genero-os-significados-do-programa-bolsa-familia-pbf-a-partir-da-centralidade-nas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

e se mudarmos a natureza dos agregados econômicos que compõem a riqueza de um país, teremos uma descrição mais detalhada do produto bruto do mesmo.” (MURARO, 2001, p. 9).

Avaliar ainda a eficácia da economia solidária no processo de formação profissional, possibilitando formas alternativas de sobrevivência que “supere a forma fetichista de mercadoria.” (SCHOLZ, 1996, p.16). Nesse sentido, a análise de Scholz (1996) permite fazer uma reflexão aprofundada sobre o programa no repensar a formação profissional que supere a relação mercado/ dominação masculina X mulher/ subserviência.

Fazer uma análise sobre a perspectiva da economia feminista, por exemplo, no eixo curricular formativo empreendedorismo e economia solidária, direciona ao repensar e reformular a organização do trabalho de forma que o trabalho “responda às necessidades da vida das mulheres e não às necessidades do processo de acumulação capitalista”. (OROZCO, A., 2014, p.26).

Na condição de participantes do programa, no campus Salvador e Seabra, há uma formação escolar orientada sob o olhar da cidadania participativa cujo objetivo é a construção da ideia de que são sujeitos das suas próprias vidas, dos seus próprios destinos e dos seus próprios corpos. Trazendo-lhes uma concepção de que a cidadania exige o exercício de deveres para que seus próprios direitos se efetivem.

Uma das características da cidadania no Brasil é a forte relação com o trabalho. Ser cidadão/ã significa estar diretamente vinculado/a à condição de trabalhador/a, inserido/a numa lógica contratual corporativa, situação que se agrava para as mulheres, cuja cidadania é limitada pelas contradições da sociedade capitalista-patriarcal e pelas referências das construções das identidades de gênero, instituídas socialmente. (AZEVEDO, 2001, p.49).

No entanto, não é viável a concretude de um projeto voltado para a promoção da cidadania sem repensar a democracia em seu aspecto estruturante. Nesse sentido, “quando o feminismo propõe políticas públicas para as mulheres, sinaliza para a necessidade de implementação de políticas que estejam a serviço da alteração das condições de vida das mulheres e que contribuam para a construção da cidadania e da igualdade”. (VIANA, 2013 p. 380) .

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

É preciso ter um olhar cuidadoso para os sujeitos em suas múltiplas identidades, assim como um olhar metódico para realidades tão diversas como, por exemplo, a de uma grande capital, como Salvador, e a de uma cidade pequena, com 45 mil habitantes, como Seabra, (IBGE, 2015). São notáveis as diferenças entre as alunas da capital e as alunas do interior. Diferenças, especialmente, no que concerne: ao nível de escolaridade, ao acesso à informação, saúde, inclusão digital e acesso à renda fixa. Ao observar realidades tão distintas como a da cidade de Salvador e a de Seabra, essa diferença é ainda mais perceptível no acesso das mulheres aos mecanismos de combate à violência. Exemplo disso: a cidade de Seabra não possui uma delegacia especializada no atendimento a mulher vítima de violência.

A disciplina Direitos da Mulher e Cidadania, no eixo curricular formativo do programa, tem como propósito desconstruir estigmas e estereótipos que naturalizam a relação superioridade/homem X inferioridade/mulher. Relação esta que faz com que a violência torne-se algo corriqueiro, naturalizado pela sociedade patriarcal. O objetivo da disciplina é combater algo que abala a vida, a autoestima, a integridade física e moral da mulher: a violência. Trabalho pedagógico que busca sensibilizá-las sobre a importância da sororidade como caminho para o empoderamento.

A atuação como gestora e docente do programa, entre os anos de 2009 e 2014, tanto no campus Salvador quanto Seabra, foi desenvolvida com o propósito de valorizar as singularidades regionais, culturais e étnico-raciais. Isso colaborou no sentido de diagnosticar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo do trabalho, na vida social, na sexualidade e na família. Experiência que permitiu investigar o objeto de análise com um olhar mais sensível, além de propiciar momentos muito significativos: ouvindo relatos de vida, de vivências pessoais e situações absurdas de violência sexual, física, moral, psicológica.

No Brasil, são perceptíveis os avanços nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Avanços que traduzem em mudanças na legislação, na ampliação dos serviços especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência (...) No entanto, a

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

violência, nas suas mais variadas formas, permanece como uma marca na vida de milhares de mulheres. (VIANA, 2013, p. 377)

Sobre a violência contra a mulher na Bahia, por exemplo, Silva e Sardenberg (2014) trazem os seguintes dados:

A Bahia, segundo dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, ocupa o segundo lugar no ranking de atendimento do Ligue 180 [...] De janeiro a outubro de 2011, foram registrados 53.850 atendimentos envolvendo mulheres baianas. O estado só perde em números para São Paulo, que lidera o ranking do Ligue 180. Em 72% das situações registradas na Bahia, os agressores são os cônjuges das vítimas. (SILVA, Z. P. da e SARDENBERG, C., 2014, p. 124).

A respeito das dificuldades encontradas pelas mulheres no interior da Bahia, pode ser citado o caso da cidade de Conceição do Coité, dados similares ao da cidade de Seabra e a região da Chapada Diamantina:

Os espaços privados, historicamente definidos como “o lugar das mulheres”, assim como os espaços públicos, reservados aos homens, definem o cenário da violência contra a mulher (VCM) na zona urbana e também na zona rural de Conceição do Coité. A área de maior incidência, com mais de 60% das cenas analisadas, foi a zona urbana, o que não significa que a zona rural seja menos violenta em relação às mulheres, principalmente se levarmos em conta as dificuldades específicas das moradoras da zona rural para formalizar uma denúncia na delegacia, ação que exige uma logística nem sempre acessível para as mulheres em situação de violência. (SILVA, Z. e SARDENBERG, C., 2014, p. 130).

Assim, a realidade enfrentada nas cidades no interior da Bahia, expressa os limites e as dificuldades encontradas pelo Mulheres Mil quanto ao aspecto das parcerias institucionais (DEAM, Defensoria Pública, etc.) pois estabelecer/fortalecer essas parcerias é fundamental para o combate à violência. Esse aspecto representa os desafios encontrados na efetivação de políticas públicas, apesar dos significativos avanços no combate à violência contra a mulher.

CONCLUSÕES

A despatriarcalização das políticas públicas é a diretriz necessária para a construção de políticas sociais que promovam a equidade de gênero, empoderamento da mulher e combate à violência. Os indicadores sociais apontam a ampliação do programa Mulheres Mil em nível

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

nacional e as mudanças na vida das mulheres em situação de exclusão social. No entanto, ainda estão cerceados por uma perspectiva androcêntrica de análise. Por isso, este estudo está fundamentado numa crítica feminista, não apenas na desconstrução dos paradigmas androcêntricos na criação de políticas públicas, mas como teoria sustentada por uma epistemologia feminista.

Vale ressaltar a necessidade de construir novos olhares sobre os cursos oferecidos na formação profissional dessas mulheres, pois permanecem concentrados em áreas de formação consideradas tradicionais no universo feminino: culinária, artesanato, recepcionista, cuidadora infantil e de idosos. Não podemos, é claro, descartar as dificuldades institucionais encontradas pela gestão do programa na estrutura pedagógica e infraestrutura escolar para oferecer cursos de formação que superem o estigma do “trabalho de mulher”.

Portanto, esta proposta de estudo busca estabelecer um diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil, para que os resultados sejam de grande relevância na potencialização das vozes das mulheres em suas diferentes configurações sociais, assim como, para conhecermos melhor os novos espaços de poder cada vez mais conquistados pelas mulheres. É perceptível os limites do programa no caso das alunas com necessidades especiais, alunas transgênero e transexuais, entre outras demandas sociais a serem ainda atendidas.

Trata-se, acima de tudo, de pensar melhorias e avanços do programa Mulheres Mil, diagnosticando suas falhas. Uma das estratégias a ser utilizada para o diagnóstico das limitações é conhecer, de maneira mais detalhada, o perfil das participantes que frequentam os cursos, já que lidamos com um público bastante heterogêneo. Há a necessidade de avançar em um compromisso institucional com uma política pública inclusiva, voltada para a cidadania participativa, para a diversidade de gênero e orientação sexual.

Este estudo é fruto de um projeto político que visa refletir sobre as dificuldades encontradas na construção de políticas públicas sintonizadas com uma ação feminista. Os avanços dessas políticas situam-se no campo do embate e na desconstrução dos valores ideológicos tradicionais.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Revista um ano de resultados do Plano Brasil sem miséria. 2012. Disponível em: <<http://brasilsemisericia.gov.br/documentos>> Acesso em: 12 de jul. de 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas**. São Paulo: Cortez, 1998.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. A visibilidade das Mulheres como sujeitos de análise de gênero. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. (Orgs.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002, pp. 10-15.

FONTES, Adriana e SORJ, Bila. Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, Nalu e MORENO, Renata (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. pp. 57-74

GOLDEMBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8a ed. Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Populacional 2013. (01 de julho de 2013). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292990&search=bahia>> Acesso em: 14 out 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Alana. **A Vida das Estatísticas e a Vida das Mulheres**: sobre as possibilidades de produzir dados afetados e o caso da pesquisa do IPEA. Revista *Ártemis*, Vol. XVII no 1 ; jan-jun, 2014. pp. 25-40. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/19106/11127>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MULHERES MIL: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MURARO, Rose Marie. Acerca do conceito de gênero. In: MURARO, Rose Marie e PUPPIN, Andréa Brandão (Orgs.). **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión feminista de la economía**. Disponível em: <http://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map40_subversion_feminista.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015

PRIMO, Rilton Gonçalo B.; BOMFIM, Vanda Macedo e RODRÍGUEZ, José Félix G. **Efetividade Emancipatória das Políticas de Gênero Econômico-Inclusivas na Bahia: Notas Sobre Elaboração de Indicadores Up-to-Date**. Salvador: Ceala, 2015.

PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA. MULHERES MIL 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

RIBEIRO, Y.; AMORIM, C. e SILVA, K. Política Pública para as Mulheres ou Afirmação da Equidade de Gênero: os significados do Programa Bolsa Família (PBF) a partir da centralidade nas mulheres. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/politica-publica-para-as-mulheres-ou-afirmacao-da-equidade-de-genero-os-significados-do-programa-bolsa-familia-pbf-a-partir-da-centralidade-nas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015

SILVA, Zuleide P. e SARDENBERG, Cecília M. B. Rastreamento o Feminismo, Rompendo Silêncios “queixas” e “cenários” de violência contra a mulher em Conceição do Coité-BA (1980-1990). In: LIMA E SOUZA, A. M. F. de e ARAS, L. B. de. (Org.). **Mulheres e Movimentos: estudos interdisciplinares de gênero**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014. pp. 123-148

SINGER, Paul. **Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo**. In: Proposta – Revista Trimestral de Debates, nº 72, março – maio de 1997, p. 5-13. São Paulo: FASE, 1997.

SCHOLZ, Reswitha. **O Valor é o Homem**. Teses sobre a Socialização pelo Valor e a Relação Entre os Sexos. Tradução José Marcos Macedo. Novos Estudos – CEBRAP, no. 45 - julho de 1996, pp. 15-36. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm>>. Acesso em 07 nov. 2015.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (Orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc SP, 2013. p. 377-392.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br